

## **Nota da FENACONTAS contra o retrocesso na Lei de Acesso à Informação (Decreto 9.690/2019)**

A FENACONTAS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil – vem denunciar o retrocesso operado pela edição do Decreto 9.690/2019 que afeta a regulamentação da Lei 12.527/2011, a Lei de Acesso da Informação (LAI).

A nosso ver, a nova legislação caminha no sentido inverso ao espírito da lei ao ampliar as autoridades e servidores públicos que poderão classificar informações como “ultrassecetas” e “secretas”.

A regulamentação anterior da LAI, o Decreto 7.724/2012, previa que as informações governamentais e estatais somente poderiam ser classificadas como “ultrassecetas” pelas mais altas autoridades da República, como o **Presidente, Vice-Presidente, Ministro de Estado, Comandantes das Forças Armadas e chefes das missões diplomáticas brasileiras**. Igualmente, o referido decreto estabelecia que essas mesmas informações poderiam ser classificadas como “secretas” pelas mesmas autoridades anteriores, mais os chefes titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Deve ser lembrado que a classificação de qualquer informação como “secreta” leva a um sigilo automático de 15 anos e a classificação “ultrassecreto” assegura sigilo de 25 anos à informação.

O Decreto 9.690/2019, aqui contestado, amplia consideravelmente o número de agentes capazes de classificar o documento como “ultrassecreto”, conferindo esse poder, principalmente para ocupantes de cargos de confiança, ou seja, mais de 1.000 servidores. Cabe alertar que servidores de confiança possuem relação frágil com a Administração Pública, já que podem ser exonerados a qualquer momento e sem motivação. Como temos assistido, várias notícias dão conta da manipulação indevida de tais ocupantes, o que pode repercutir no aumento da esfera política no controle do acesso à informação pela sociedade civil.